

A Carreira das Armas

Cap. Art.
FREDERICO FARIA SODRÉ DE CASTRO

*"Não existe fracasso para o homem
que nunca se considera vencido."*

EMERSON

1 — INTRODUÇÃO

Uma questão que se debate em alguns círculos nacionais é se os Exércitos representam um elemento socialmente construtivo ou destrutivo na vida de uma nação ou de uma civilização. Vemos, portanto, que o papel representado pela carreira das armas na sociedade é objeto de considerável debate. O soldado, além de defender-se nos campos de batalha, tem também de defender seus conceitos de profissionalismo contra uma ampla variedade de críticos da vida militar.

Se nos voltarmos para a História veremos que, desde as priscas eras, a força física, ou sua ameaça, tem sido ampla e incessantemente aplicada na solução dos problemas sociais. Ela se mantém como um elemento indispensável na estrutura social. A história mostra que, à medida que uma sociedade se torna mais organizada, a aplicação da força física torna-se mais ordenada. A necessidade dessa força é um fator de grande importância, mesmo nos dias atuais.

Uma sociedade em que não há possibilidade de se recorrer à força, seja para o bem comum ou contra ele, seja para vantagem individual ou contra ela, não é concebível enquanto o homem continuar sendo o que é.

A função da carreira das armas é o emprego ordenado da força na solução de um problema social. Desde tempos imemoriais, os homens pegaram em armas para lutar contra seus semelhantes. A pro-

fissão, em algumas épocas e em alguns lugares, chegou, no que respeita à dedicação, a ter um caráter quase sacerdotal, encerrando um profundo aspecto vocacional.

O manejo das armas tornou-se também uma profissão, não somente num sentido amplo, mas também num sentido mais restrito de uma ocupação com um conjunto nitido de conhecimentos e doutrinas especificamente técnicas. Possui, mais ou menos, uma coerência exclusiva de grupo, um conjunto de instituições que lhe são peculiares, um molde educacional adaptado às próprias necessidades e uma carreira estrutural própria na sociedade que a criou.

O Professor Muhammad Mujeeb, em Nova Déli, analisou o papel dos Exércitos na história, citando o economista alemão Werner Sombart: "No princípio era o Exército". Mostrou ele que os Exércitos têm sido o principal meio de troca no "processo de enxerto recíproco de povos, culturas, técnicas e idéias, ao qual devemos a maior parte do progresso que fizemos".

Afirmamos que um conflito armado "pode ser um meio de colocar à prova os sistemas sociais e políticos e de injetar vitalidade naqueles que se fossilizaram", sugere o Professor Mujeeb que é possível distinguir entre guerras com a natureza de operações cirúrgicas praticadas em sociedades incapazes de satisfazer às condições de sobrevivência, e guerras puramente destrutivas. Disse ele: "As ambições imperialistas de Alexandre, o Grande, influenciaram a história do mundo tornando os povos da Ásia Ocidental e do Egito herdeiros da cultura grega; os feitos militares de Tamerlão são o registro de uma destruição impliedosa, sem qualquer propósito".

Esta análise tem valor para o profissional militar, pois é importante que ele não aceite o estereótipo dos Exércitos como forças destrutivas.

O lugar do Exército na vida nacional foi uma controvérsia na França durante a maior parte dos séculos XIX e XX. Na União Soviética, os quadros militares profissionais há muito tempo são olhados com suspeita pelo Partido Comunista. Para os estudiosos, nos países latino-americanos, constitui ponto de discórdia se os Exércitos são instrumentos da ordem ou da desordem.

No que diz respeito ao Brasil, a questão do lugar das Forças Armadas na Sociedade parece bem definida, pois a ação controladora dessas forças manifestou-se poucas vezes na vida política do país; todas com oportunidade e exação. Na abdicação, na Proclamação da República, na deposição de Vargas e João Goulart. Em todas não se derramou o sangue de irmãos. Forças serenas, magnânimas, conscientes, deram ao Brasil o mais belo exemplo de sua História.

2 — ANTECEDENTES HISTÓRICOS

2.1 — Antiguidade Clássica

a) Grécia

Da antiguidade clássica, a Grécia é tomada como ponto de partida para o estudo de História Militar porque foram os seus povos que, por suas qualidades espirituais, intelectuais e morais, lançaram os fundamentos racionais de toda a cultura universal, inclusive de Arte Militar.

Foram os gregos que organizaram, pela primeira vez, Exércitos animados de espírito patriótico, recrutados, equipados e instruídos com regularidade. No século VIII A.C., Esparta e Atenas, e também outras cidades-estados da Hélade, já tinham tropas com organização permanente, o que não ocorria com as demais nações daquele tempo. Em virtude dessa maior capacidade militar, os gregos conseguiram resguardar para a posteridade uma base de conhecimentos científicos e filosóficos tão sólida que, até hoje, com dificuldade encontramos algo na civilização que não provenha do seu legado.

As instituições militares, acompanhando de perto a evolução político-social dos povos, atingiram na Grécia notável importância. Esparta foi a cidade onde mais se acentuou o valor militar dos gregos, pois inclinada à prática constante dos esportes, a educação militar era objeto de grande cuidado. Em Atenas, o povo mais inclinado às ciências e às artes, não se rivalizava na guerra com os espartanos porém, mais inteligentes, supriam as deficiências com melhor organização.

O serviço militar era obrigatório para todos os cidadãos livres aos quais cabia o privilégio de defender a pátria. Aos dezoito anos os gregos iniciavam a prestação do serviço, engajando por 2 anos e passando, após, para a reserva. Até os 45 anos poderiam ser convocados a qualquer momento para operações no exterior e, até os 60 anos para a defesa de sua cidade. É interessante constatar que apenas no século XIX outros povos apresentariam um sistema de recrutamento semelhante.

O treinamento militar começava já na infância e, em certas cidades, a seleção seguia-se imediatamente ao nascimento, sendo as crianças fracas ou defeituosas eliminadas sumariamente. A prática de esportes e pesados exercícios físicos, a par de sérias competições em público, facilitavam a formação dos soldados. Havia rigorosa disciplina tanto na paz como na guerra.

Para dirigir o Exército, a Assembléa elegia um certo número de "estrategos" — 10 em Atenas — escolhidos entre cidadãos competentes. O Conselho de Guerra era formado por esses cidadãos que

exerciam, alternadamente, o Comando Supremo. Essas constantes e rápidas substituições de comandantes, embora causassem sérias dificuldades na conduta das operações, tinham por fim evitar que certos chefes usassem o prestígio pessoal para lesar as instituições democráticas.

b) *Macedônia*

A Macedônia era um pequeno reino situado a nordeste da Grécia com a qual possuía acentuada afinidade de raça e língua. Projetou-se na história devido aos feitos de Felipe e Alexandre, dois grandes soberanos e soldados. Na primeira parte do século IV A.C., Felipe esteve nas grandes cidades gregas do sul, cuja cultura assimilou, e percebeu a possibilidade de unir todos os Estados helênicos enfraquecidos pela Guerra do Peloponeso. Feito rei em 359 A.C., Felipe desejava tornar realidade sua ambição. Para isso, organizou, preparou e instruiu intensamente seu pequeno Exército. Convenientemente preparado, Felipe marchou para o sul e em Omeronéia infligiu decisiva derrota a Atenas e seus aliados, concedendo-lhes uma paz honrosa e persuadindo-os a reconhecê-lo como general para a guerra contra os persas. A Felipe dominava ainda a idéia de formação de um grande Império pela conquista do Oriente próximo, entretanto, assassinado em 336 A.C., isso só foi possível com Alexandre, seu filho. Felipe havia preparado Alexandre para a sucessão, tanto como soldado como rei. Dera-lhe como mestre o grande filósofo Aristóteles, fizera com que Alexandre compartilhasse de suas próprias idéias de conquista e expansão. Para isso muito bem instruíra seu futuro sucessor em rigorosa instrução militar.

Felipe foi um grande organizador e, por seus esforços, o Exército macedônio elevou-se de uma simples horda à posição de maior máquina militar do seu tempo.

c) *Roma*

Plantada na Península Itálica, onde surgiram pequenos Estados que manteve sob sua égide, dominou ela o mundo conhecido do seu tempo por meio de suas aguerridas e poderosas forças. As instituições políticas de Roma passaram por modificações sucessivas: Monarquia de 745 a 510 A.C., República de 510 A.C. a 30 D.C. e Império de 30 a 476 da era atual. Em cinco séculos de República os romanos conquistaram o mundo da época e em três séculos de Império o administraram. A decadência teve início quando o Exército se transformou de nacional e permanente em estrangeiro, mercenário e indisciplinado.

Nas instituições militares romanas o Exército foi o produto do caráter nacional. A reputação de sua invencibilidade resultou

da aplicação rotineira dos princípios militares básicos. Questões importantes como recrutamento, instrução individual e de unidade, organização, emprego do armamento, tática, capacidade combativa, apoio de engenharia, serviço de saúde, recompletamento e todas as medidas para o fornecimento regular de suprimentos foram criadas ou aperfeiçoadas pelos romanos e conjugadas numa doutrina militar padrão compreendida e aceita por todas as camadas hierárquicas. De início, os cidadãos e o Exército eram uma e a mesma coisa; o Exército reunido em centúrias constituía o corpo legislativo do Estado. Roma não tinha Exército regular. Havia uma milícia permanente à qual os cidadãos serviam, mais como privilégio que dever. Dos 17 aos 45 anos o romano podia ser chamado às fileiras e após os 45 anos lutava somente em defesa de sua cidade. Escravos e libertos, inicialmente, não puderam pegar em armas.

O maior elemento de triunfo no Exército Romano de República estava na disciplina. As legiões eram formadas pelos melhores homens existentes em Roma e eram instruídas e exercitadas até que a disciplina anulasse o medo e excluísse a precaução. O treinamento militar e a educação moral tinham início nos primeiros anos da adolescência. Idéias patrióticas e virtudes militares eram inoculadas cuidadosamente nos futuros guerreiros e as gloriosas tradições militares eram respeitadas com veneração. Os moços recebiam educação guerreira, estudavam a arte militar de preferência a qualquer outra e passavam dez anos de formação nos campos de Marte.

Os chefes dos Exércitos Romanos durante a República foram os cônsules que eram mais políticos que militares, exceto no sentido de que cada romano era um soldado. Já no período imperial, os futuros líderes eram cuidadosamente selecionados e instruídos para a "carreira senatorial", em que o serviço em campanha nos diversos escalões de comando era alternado com as responsabilidades políticas no país e que culminavam com as altas funções de governar uma das províncias imperiais de aiém-mar. Entretanto, com suas exceções onde se destaca Júlio César, aos comandantes romanos na República faltavam argúcia e imaginação, qualidades essenciais da chefia, para as quais a energia e a bravura nem sempre são substitutos adequados.

O padrão da carreira militar dos oficiais de postos mais elevados no Exército Romano pode ser visto do seguinte modo: Os comandantes de legiões eram homens de quase 40 anos ou pouco mais, que tinham atingido essas posições através do desempenho de várias funções militares e civis. Antes de serem nomeados, tinham sido eleitos senadores, se já não pertencessem a essa classe por nascimento. Eles exerciam suas funções em nome do Imperador e se as desempenhassem dentro dos rígidos padrões de eficiência e lealdade poderiam almejar as posições mais altas, como de governador ou comandante de uma província com guarnição de uma ou

mais legiões. Neste caso o título seria "Legatus Augusti pro praefore" e os encargos seriam civis e militares no âmbito da província.

A função de tribuno militar, geralmente mas nem sempre reservada aos jovens que ingressavam na carreira senatorial, era antes de tudo uma função de estado-maior no Exército reorganizado por Augusto e imperadores seguintes. O tribuno militar auxiliava o comandante da legião em inúmeras tarefas administrativas e operacionais, ao mesmo tempo em que se familiarizava com a vida militar sob os cuidados do comandante.

2.2 — Idade Média

Na Idade Média poderemos caracterizar dois períodos distintos: — o do Barbarismo (séculos V a IX), é o período da estagnação da arte militar, pois não houve nenhuma modificação nos processos de combate em relação aos da Antiguidade clássica, houve pelo contrário até regressão. Nesse período, excetuando-se as operações levadas a efeito por Carlos Magno (750 a 800), nada mais se fez de notável na arte da guerra.

— O segundo, é o do Feudalismo (século IX ao início do século XV); nesse período a tática e a estratégia não progrediram e tudo ou quase tudo o que havia sido realizado pelos grandes guerreiros da antiguidade havia sido esquecido; entretanto esse período viu surgir a cavalaria e a arma de fogo. Na época feudal, o homem de armas exercia o seu ofício para o sustento e melhoria da posição econômica e social de sua família. O serviço militar ou o sacerdócio eram seus únicos meios de adquirir mais fortuna e prestígio. O filho de uma família de cavaleiros educava-se no uso das armas e nos esportes intimamente relacionados à prática da guerra. Junto ao cavaleiro do século XII, havia os peões que também se desincumbiam de uma obrigação prestando o serviço militar.

2.3 — Gustavo Adolfo, da Suécia (1594-1632)

Os recursos minerais da Suécia permitiram a Gustavo Adolfo dotar seu Exército de um armamento mais leve e mais poderoso que o comum e, em consequência, modificar a organização de suas forças e as formas da batalha. A natureza do contrato do soldado foi revista. Nessa época renasceu o sentimento de nacionalidade em que cada Estado procurava ser o mais forte a fim de aumentar o próprio território e o poder. As grandes vitórias de Gustavo Adolfo foram alcançadas por uma milícia nacional convocada, porém, nesse país, os padrões sociais eram elevados e ele nunca fora completamente feudalizado. A vassalagem era desconhecida e era grande o número de camponeses proprietários. Uma milícia recrutada representava um potencial político e militar enquanto a força militar do

país baseava-se na infantaria. Em outras partes da Europa a opinião dominante divergia do exemplo sueco e o sistema adotado era o do exército mercenário.

2.4 — Exércitos permanentes

Já no século XVI a dissolução das unidades ao término de uma campanha, e sua convocação no começo da próxima, era considerado ineficiente e dispendioso. Criou-se então o hábito de manter as unidades em serviço durante todo o ano como resultante de considerações mais militares que políticas.

A criação dos exércitos permanentes e o aparecimento das armas de fogo, deram por assim dizer o tiro de misericórdia no feudalismo e caracterizaram no decorrer dos séculos XVI e XVII a evolução da arte militar.

A arma de fogo apesar de ter feito seu aparecimento nos campos de batalha, em meados do século XIV, no final do século XVII é que realmente influenciou na transformação do modo de combater.

Os exércitos permanentes desenvolveram-se de uma maneira notável a partir do meio do século XV, principalmente o francês, e esses exércitos, disciplinados e adestrados, venceriam com facilidade os últimos barões feudais.

Antes mesmo do término da Guerra dos Cem Anos, Carlos VII, da França, em 1445, baseado no estabelecimento de impostos perpétuos, obteve recursos suficientes para organizar e solidificar um exército permanente. Esse foi constituído de dois elementos: a nobreza e os mercenários. Carlos VII organizou um exército de 15 companhias de ordenanças a cavalo, cada uma de 100 equipes de 6 homens, cada equipe denominava-se "lança". A "lança" era constituída de 1 homem d'armas a cavalo, armado de lança e espada, 3 arqueiros a cavalo, 1 piqueiro e 1 pajem. O efetivo total das companhias de ordenanças era de 9.000 homens, verdadeira cavalaria pesada. A cavalaria ligeira era organizada com os mercenários espanhóis, cujo nome era carabineiros e eram armados com uma lança curta e uma massa. Desde 1439, Carlos VII acabou com as milícias, quando estabeleceu o sistema de taxa para obtenção de verbas para organização do seu exército. A infantaria era formada por homens das paróquias que não pagavam impostos. Esses homens permaneciam em casa, em tempo de paz, com a obrigação de se exercitarem no tiro ao arco ou na besta, em cada domingo. Eram mobilizados em tempo de guerra e reunidos em companhias de 500 homens cada uma. Oito companhias formavam uma Banda. As Bandas, em número de 4, constituíram os franco-arqueiros (16.000 homens), sob o comando de um Grão-Mestre dos Besteiros. Infelizmente, esses franco-arqueiros, recrutados exclusivamente entre o povo, quando grupados não apresentavam coesão e disciplina, prejudicando seu

valor combativo. É preciso salientar que Carlos VII ainda mais que à cavalaria, dava toda sua atenção para a artilharia. As bombardas que apareceram no princípio da guerra dos Cem Anos eram engenhos pesados, pouco maneáveis e perigosos. Sucederam a eles, colubrinas e canhões mais ligeiros, de maior porte e tiro mais rápido.

Esse forte exército de Carlos VII, desenvolvido ainda mais por seus sucessores, permitiu à realeza impor definitivamente sua autoridade no interior do país e de se lançar ao exterior, nas vastas empresas políticas.

As guerras religiosas, entretanto, vão comprometer, na segunda metade do século XVI, a obra de organização do exército real.

Na Inglaterra, também os exércitos permanentes foram organizados. A cavalaria e a infantaria foram instruídas e bem disciplinadas. Os infantes manejavam com pericia o arco e a besta. A artilharia já era dada certa importância. A engenharia dava seus primeiros passos com a existência de uma equipagem de pontes.

Na França, sempre existiu o Corpo de Artilharia e mesmo antes do aparecimento da pólvora já se chamava artilharia a todas as máquinas antigas e engenhos de guerra dos quais se lançasse mão para o ataque e defesa dos castelos e cidades fortificadas.

Assim, se por um lado a criação dos exércitos permanentes facilitou o término do poder feudal, por outro lado proporcionou aos monarcas um instrumento favorável às suas ambições e empreendimentos de guerra a que os outros séculos assistirão.

As guerras religiosas, no início do século XVII, provocaram na França grande confusão nas instituições. Os exércitos pareciam mesmo que caminhavam para a dissolução. O poder real seriamente comprometido não podia assegurar o soldo às tropas que desertavam por falta de pagamento. O material de artilharia se reduziu constantemente. Durante o século XVII, sob o ponto de vista de organização, houve um período de regressão mas, do ponto de vista da tática, ao contrário, houve progressos devido à necessidade que as forças em luta tiveram de manobrar. Até o fim do século XVII houve somente duas armas: a infantaria e a cavalaria. A artilharia não compreendia senão quadros "comissários". Os artilheiros, o pessoal necessário ao serviço das peças, não pertencia à organização, eram emprestados da infantaria e da cavalaria. A organização e os efetivos apresentaram-se muito variáveis em diversas épocas do século. O uso do uniforme foi posto em prática na segunda metade do século XVII.

O recrutamento baseava-se na incorporação e no alistamento de contingentes estrangeiros. Em caso de não bastar às necessidades, recorria-se, então, às milícias. Segundo as ocasiões, as milícias constituíam unidades homogêneas ou simplesmente unidades de "depósito" para recompletamento. O exército regular francês era for-

mado por voluntários e assim continuou até à Revolução. O serviço de milícia era considerado deprimente, enquanto o serviço profissional no exército não o era. Isto é fácil de se compreender pois o soldado francês não era mal pago, além de ser, de certa forma, bem alimentado. Tinha tratamento melhor do que o do camponês que comia menos carne. Este fator era muito importante num sistema de alistamento voluntário.

A partir de 1695, quando o militar já constituía uma classe social distinta, o gentil-homem francês desempenhava apenas as funções de oficial em um regimento. Coronéis e capitães procediam da nobreza e se constituíam em verdadeiros proprietários de seus regimentos e de suas companhias que recrutavam e pagavam, em troca de indenizações futuras proporcionadas pelo rei. Os oficiais subalternos eram formados em "companhias de cadetes" que inicialmente recebiam elementos somente da nobreza mas já no fim do século XVIII passaram a receber, também, elementos procedentes da tropa.

O alto comando era composto pelos coronéis-generais de infantaria, o grão-mestre de artilharia, para direção técnica da arma, e o coronel-general de cavalaria. O comando em tempo de guerra era assegurado ao Condestável. O rei exercia um controle geral sobre todas as operações e dirigia o conjunto. Havia junto ao comandante em chefe, e experimentado em 1678, um Estado-Maior encarregado do serviço geral do exército em tempo de guerra. Regularizava sobretudo os assuntos de campanhas, subsistências e marchas. Compreendia o Marechal dos estacionamentos do exército, o Major-General de Infantaria e o Marechal dos Estacionamentos de Cavalaria. O maior defeito dessa organização era apenas subsistir em tempo de guerra.

Após a Guerra dos Trinta Anos, os estados-nações estavam se firmando, mas o nacionalismo ainda não se tinha constituído num ideal supremo. As ambições nacionais eram modestas e não almejavam a completa subjugação de um adversário. O nível tecnológico aumentava e com ele o padrão de vida, mas os produtos manufaturados eram ainda escassos para permitirem fortes combates. A pólvora era sempre insuficiente e seu uso tinha que ser feito com parcimônia. Os exércitos dependiam cada vez mais, para seus suprimentos, de depósitos, o que restringia de muito sua liberdade de movimento.

2.5 — Frederico Guilherme e Frederico II, da Prússia (1713-1786)

Ao terminar o século XVII a guerra apresentava um aspecto caracteristicamente lento, pesado, compassado e extremamente metódico. Relativamente à manobra, isto é, à combinação do fogo e do movimento, bem como à economia de forças, pode-se afirmar que a arte da guerra regrediu logo após a época de Gustavo Adolfo.

No decorrer de todo o século XVIII dois sistemas defrontaram-se constantemente — a Ordem Linear e a Ordem Profunda — um baseado na potência de fogo, outro no poder do choque. Fogo e choque, em última análise eram a mesma coisa, relativamente a material — a arma de fogo num caso e a arma branca no outro. Um novo elemento que ambos os sistemas negligenciavam, o movimento, proporcionaria, entretanto, a manobra que, no final do século, desenvolver-se-á com satisfação dos adeptos e defensores dos dois sistemas.

Como no final do século anterior, o exército continuava a ser o instrumento do monarca governante e não a expressão nacional; constituía pesado encargo para a nação e para o povo, de difícil manutenção e substituição, principalmente tratando-se de tropas instruídas, treinadas e eficientes.

O Rei Frederico Guilherme, que reinou de 1713 até 1740, conhecido por "Rei Sargento", e mais tarde seu filho Frederico II (1740-1786), levaram o armamento, a instrução e a disciplina do seu exército a um tal grau de perfeição que podiam ser executadas manobras muito mais precisas, rápidas e eficazes que as dos exércitos inimigos. Entretanto, apesar desses progressos, nunca foi tão baixa a situação do soldado nos exércitos europeus da metade do século XVIII. A guerra não era considerada experiência nacional heróica ou nobilitante, e não se apreciava a classe militar. O recrutamento era geralmente feito à força ou pela fraude e, praticamente até a chegada do período revolucionário, a formação das massas combatentes seria ainda à base do soldado mercenário, de origem ou procedência variada. A deserção nessa época era necessariamente alta. Os oficiais do exército eram mais aristocratas do que antes da existência de exércitos regulares. Eram geralmente bravos e às vezes capazes, mas freqüentemente não passavam de amadores, embora ainda se constituíssem em verdadeiros donos das unidades. Frederico II, sem fazer uso de combinações muito diferentes, conseguiu dar à batalha e particularmente à batalha pela manobra de ala, uma característica toda especial, instituindo a "Ordem Oblíqua" que proporcionou uma das suas mais brilhantes vitórias — Leuthen (1757).

2.6 — Exércitos Nacionais

A Revolução Francesa, causando modificações profundas no sistema político e econômico, na mentalidade do próprio povo e provocando grandes alterações em toda escala hierárquica de administração civil e militar, forçosamente teria que modificar de modo radical as próprias instituições militares. Até então, o povo, não tendo voz ativa nos destinos da nação, desinteressava-se completamente pelas guerras e, em consequência, os exércitos eram constituídos por mercenários caros e de difícil substituição.

Havendo dificuldades em recompletamento, não eram procuradas batalhas decisivas e os conflitos redundavam em guerras de grande duração, quase sempre sem solução definitiva. Daí o objetivo das campanhas não ser a destruição do inimigo, com graves perdas, mesmo para o vencedor, mas sim a conquista de territórios, redundando em guerras de posição contra cidades ou regiões e de sítios intermináveis.

Com os novos acontecimentos da Revolução, o povo passou a interessar-se pelas causas nacionais, podendo mesmo participar do seu próprio destino. Percebeu que as coroas limitrofes desejavam destruir todas as conquistas obtidas pelo povo, conquistas que davam ao homem o direito de viver com dignidade e, sobretudo, com maior liberdade.

Por outro lado, a França, com os seus cofres vazios, não tinha dinheiro para formar exércitos mercenários, daí a formação de exércitos nacionais. Há pois, na Revolução Francesa, um marco bem nitido na transformação das guerras de caráter dinástico para as de caráter nacional.

Antes da Revolução, o recrutamento para o exército da ativa fazia-se por engajamento voluntário com prêmio em dinheiro entre nacionais e estrangeiros, era o mercenarismo. As milícias provincianas eram constituídas por recrutamento forçado, durando o serviço oito anos.

Com o advento da Revolução, desapareceu o exército mercenário. A princípio praticou-se o engajamento voluntário, sendo organizada a Guarda Nacional para a manutenção da ordem interna. O engajamento voluntário, não tendo proporcionado o efetivo necessário para a França enfrentar as coligações que contra ela se levantaram, fez com que a Assembléa Legislativa decretasse, em 1792, o levantamento em massa, com a declaração de "Pátria em perigo". Com essa declaração o povo acorreu às casernas, na ânsia de concorrer para a salvação da Pátria, manifestação até então nunca vista.

Em 1793, o exército necessitando ainda de mais tropas, a Convenção, para satisfazê-lo, decretou a requisição ou a convocação dos celibatários e viúvos que, não sendo suficiente, dado o pequeno efetivo conseguido, provocou a decretação, no mesmo ano, da convocação permanente de todos os franceses de 21 a 25 anos, até à expulsão dos inimigos do solo da República. Essa foi a lei que deu posteriormente, a Napoleão, os seus exércitos.

O recrutamento dos oficiais era variado: ou procedia da nobreza pobre, educada nos colégios militares ou, a partir de 1793, resultava de eleições combinadas com antiguidade. Os oficiais de artilharia e engenharia provinham de escolas especiais.

Com esse sistema de recrutamento e com a finalidade da formação dos exércitos, a guerra tornou-se essencialmente nacional. No entanto, a mobilização de uma nação inteira só foi possível devido à grande expansão da produção que se verificou no fim do século XVIII. Desse modo, o governo revolucionário conseguiu aproveitar os requisitos técnicos necessários às operações de exércitos populares. Napoleão completou então uma revolução na tática pela combinação de massa, flexibilidade, atitude ofensiva e potência de fogo.

O choque da Revolução Francesa, por sua brutalidade, desperta nos povos germânicos sentimentos de defesa e solidariedade que vão transformar-se depois em orgulho racial. Lógica reação. A guerra para a conquista de territórios sob o pretexto de segurança para a França Revolucionária foi um erro político solidarizando os reis com os seus povos e neutralizando as benéficas influências que antes a cultura francesa exercia nas elites alemãs. A reação alemã começa naturalmente no campo cultural e termina depois pelo recurso à guerra. Levanta-se o espírito militar prussiano, sob a direção mental de Von Gneisenau e de Scharnhorst. Napoleão acredita poder impedir o seu desenvolvimento, fixando para o Exército da Prússia um efetivo reduzido, ao que Scharnhorst replica com um mecanismo de recrutamento baseado na prestação do serviço com tempo reduzido, de modo a permitir, em caso de necessidade, formarem-se numerosos contingentes de homens militarmente instruídos. Criou-se uma Sociedade Militar — *Militarische Gesellschaft* — em 1801 e mais tarde, em 1812, Scharnhorst fundou a "Kriegs Schule". No entanto, o alistamento compulsório geral não foi facilmente adotado na Prússia e somente em setembro de 1814 passou o serviço militar a ser obrigatório, sem isenção, para todos os homens fisicamente aptos. Quanto ao ingresso no oficialato, também houve evolução e um decreto do Governo da Prússia, de meados de 1808, proclamava: "Está abolida toda a preferência de classe anteriormente existente na organização militar e todo homem, independentemente de sua origem, possui deveres iguais e direitos iguais". Com isso acabou o privilégio de só os oriundos da nobreza exercerem o comando militar.

Nessa evolução não podemos deixar de ressaltar o papel que desempenhou Von Clausewitz, cuja carreira se fez no período napoleônico, tomando parte em várias campanhas e trabalhando com Scharnhorst, desde 1809, na recuperação do Exército Prussiano; ele muito contribuiu para a emancipação desse exército e para a elevação do entusiasmo nacional que possibilitou a um exército alemão popular derrotar os franceses.

2.7 — Exércitos Profissionais

Após as campanhas napoleônicas o Exército Imperial foi licenciado. A nova monarquia francesa reorganizou as forças armadas em bases inteiramente modificadas. Da "nação em armas", originária da Revolução Francesa, passou-se ao "engajamento voluntário" que considerado insuficiente foi complementado pelo "sorteio", facilitado por "substituições autorizadas". A duração de serviço seria de 6 anos para a infantaria e 8 anos para as outras armas. Os elementos não designados pelo sorteio ou aqueles que se tivessem beneficiado da substituição seriam considerados desobrigados de qualquer compromisso. Tais modificações eram inconvenientes por dificultarem a criação de reservas adestradas e pelo fato da formação militar interessar, por grande tempo, apenas a uma pequena parcela da população. Apesar de restaurado o prestígio da "nobreza", não voltou a prevalecer essa condição como privilégio exclusivo ao oficialato. Os quadros passaram também a ter origem em escolas militares abertas a todos, sem distinção, e pelo aproveitamento da antiguidade de suboficiais. Em 1818, Saint-Cyr organizou a "École d'État Major" e, após o revés de 1870, os franceses fizeram um grande esforço para aperfeiçoar a instrução dos seus oficiais que, com a criação da "École Militaire Supérieure", em 1878, tomaria novos rumos. Posteriormente, em face dos acontecimentos que se processavam na Europa e diante da conveniência de aumentar o poderio militar, a França modificou o recrutamento em determinados aspectos, facilitando a formação de uma reserva instruída, pois parte do tempo de serviço era completada na reserva. Ao lado do Exército Regular surgiu novamente a Guarda Nacional, abolida após Waterloo.

Na Prússia, desde setembro de 1814, estava estabelecido o serviço militar obrigatório o que caracterizou o povo prussiano como "nação em armas". Sob o princípio de serviço individual e obrigatório, foi organizado um exército permanente, uma reserva e uma guarda territorial. A duração do serviço era de 3 anos na ativa, 2 na reserva e 7 na guarda territorial. Assim foi possível organizar metodicamente uma poderosa força muito bem treinada, contando com elementos de segunda e terceira linhas capazes de atenderem prontamente às necessidades da mobilização inicial. Os oficiais eram recrutados entre os mais inteligentes, nas classes sociais mais destacadas. Scharnhorst convenceu a Guilherme II a criar o F.M. Alemão a fim de transformar a profissão da guerra numa ciência e de criar um corpo doutrinário para o exército, que, até então, seguia um dogmatismo militar e apoiava-se em bases tradicionais que não admitiam censura; introduziu exames como requisito à promoção; aumentou também os vencimentos dos oficiais e fundou a "Kriegsakademie" para estudos avançados da guerra e para educação superior dos oficiais em disciplinas não militares. Dessa série

de medidas resultou um sistema militar educacional altamente aperfeiçoado. Na Prússia, o Rei, auxiliado pelo Ministro da Guerra e por um Grande Estado-Maior, constituíam um conjunto que criou uma mentalidade de "Alto-Comando", pela unidade de doutrina mantida. Dois nomes se destacaram nesse particular: Clausewitz e Moltke. O primeiro relativamente ao estabelecimento de uma doutrina de guerra e o segundo no que diz respeito à formação de um eficiente Quadro de Oficiais de Estado-Maior e à preparação das campanhas.

Na Inglaterra, a Marinha já apresentava algum carácter profissional mas o exército estava muito atrasado. Apesar da Escola E. M. inaugurada pelo Duque de York em 1799, reorganizada em 1812 como o "Royal Military College" e donde, em 1857, saiu um "departamento superior", não era possível a criação de um verdadeiro sistema de aperfeiçoamento profissional enquanto existisse a promoção por compra, que somente foi abolida em 1871.

Na Rússia, o Estado-Maior, em seu conjunto, era considerado de fraca qualidade, concorrendo para isso o fato da seleção para as mais importantes funções ser feita à base de prestígio social e não de valor profissional dos militares.

Nos Estados Unidos, a profissionalização do seu exército foi muito lenta, pois a Constituição representava uma concepção liberal e a aceitação da necessidade de forças armadas foi considerado repugnante. A Guerra Civil deixou a profissão das armas em situação ainda pior. O único apoio importante que o profissionalismo militar americano jamais recebera — do sul — agora desaparecera. O exército como um corpo profissional estava isolado, reduzido e rejeitado. Após a Guerra Civil e até a 1ª Grande Guerra surgiu uma ética profissional militar, distintamente americana.

Ao findar o século XIX, o profissionalismo nas Forças Armadas era evidente, por toda parte, em maior ou menor grau.

2.8 — Evolução do Exército Brasileiro entre 1822 e 1950

2.8.1 — *Antecedentes coloniais*

Durante todo o período colonial o Exército foi, do ponto de vista político, uma instituição metropolitana, regida pelas leis e regulamentos portugueses, destinada à defesa da Colônia e das autoridades e instituições coloniais. Mas, desde o início, o grosso de seus quadros inferiores e médios foi recrutado na população colonial.

A primeira Lei Orgânica da Força Armada foi o Regimento de 1548, dado a Tomé de Souza e o seu primeiro núcleo foi constituído por alguns oficiais de linha e 600 soldados portugueses que acompanharam o Governador-Geral.

Outras leis se seguiram a esse Regimento, sem alterarem a substância da Força Terrestre. Somente com a instalação do Governo Português no Brasil, sofreu o Exército sua primeira transformação profunda, com a criação da Secretaria da Guerra e Estrangeiros, a organização em três Armas (infantaria, cavalaria e artilharia) e o Comando Unificado no Quartel da Corte, a implantação dos serviços e a instalação da Academia Real Militar, destinada à formação de oficiais.

Português na sua organização e com subordinação a interesses estranhos, o Exército era, no entanto, brasileiro na massa de seus soldados e oficiais, na sua índole e, até mesmo, em seus ideais, tendo participado ativa e eficientemente da transformação político-social que deu ao Brasil situação de Nação Soberana.

2.8.2 — *Evolução entre 1822 e 1870*

A Constituição de 1824 e leis complementares deram existência legal ao Exército Brasileiro e sua primeira organização como instituição nacional e permanente, fixou-lhe a finalidade de "sustentar a independência e a integridade do Império" defendendo-o contra inimigos internos e externos e obediente à autoridade legítima. Foram, depois, reguladas as questões de vencimentos e vantagens, de recrutamento e de promoções. Essa legislação, inspirada ainda em uma mentalidade aristocrática, não estava de acordo com a própria finalidade de instituição e refletia os privilégios do grupo dominante na sociedade brasileira e a preocupação de não perturbar as atividades econômicas da Nação.

Durante o período das Regências, em face da crise financeira que lavrou no País, os efetivos do Exército foram reduzidos, de acordo com a Lei de 1831, e se criou a Guarda Nacional, de caráter eminentemente político e mais vinculada aos interesses dos senhores rurais do que aos da Nação. O recrutamento foi objeto de uma nova legislação, em 1837, mas continuaram os casos de isenção e foi criado o substituto, reafirmando os privilégios do período colonial.

O advento da Maioridade provocou nova reorganização do Exército, em 1842, e a subordinação da Guarda Nacional ao Ministério da Justiça, em 1850, sem alterar, entretanto, os vícios originais.

A partir de 1845, a ameaça externa, no Prata, mostrou-se mais tangível, enquanto a unidade interna parecia definitivamente estabelecida, dominadas, como foram, as insurreições no Maranhão, Pará, São Paulo, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Nesta última, emergiu o vulto singular de Luís Alves de Lima e Silva que marcaria, indelevelmente, a evolução do Exército daí por diante. Iniciou-se, então, um esforço para dar eficiência ao Exército, mas não se produziu um trabalho sistemático e progressivo. Em 1865, quando irrompeu a Guerra

com o Paraguai, o Exército estava em condições de lhe fazer frente. Faltavam-lhe organização, efetivos, armamento e mesmo instrução. Fizeram-se aquisições de última hora, tomaram-se providências urgentes, mas os erros anteriores se tinham acumulado e resultaram em sério prejuízo para o País que teve de fazer grandes sacrifícios para manter a soberania da Pátria.

Apesar disso, graças aos sacrifícios feitos por seus oficiais e soldados, o Exército cumpriu sua missão constitucional. Mantivera-se a unidade do País, que fora ameaçada por inúmeras insurreições, algumas com tendências republicanas e separatistas. Formara-se a autoridade do poder central sobre o regionalismo e o poder dos senhores rurais, fora repellido o militarismo caudilhesco platino que tentara alterar em benefício próprio, a herança que o Brasil recebera da Colônia.

2.8.3 — *Evolução entre 1870 e 1920*

Terminada a Guerra do Paraguai, suas conseqüências repercutiram em um ambiente trabalhado pela Revolução Industrial. Preso a uma estrutura econômica e social de características ainda coloniais, com dimensões continentais e sem recursos suficientes, o Brasil não estava em condições de acompanhar o ritmo de desenvolvimento de outras Nações. Os retardos que se foram acentuando foram atribuídos mais às suas instituições e aos homens que as faziam funcionar, do que às deficiências estruturais do País. Os ensinamentos e as experiências da Guerra do Paraguai não foram aproveitados. O Exército voltou a ser considerado como um ornamento dispensável e não como base da segurança nacional. Sua oficialidade, que tantos sacrifícios fizera, viu-se abandonada e caiu então no marasmo anterior ou deixou-se envolver pela fermentação política, buscando uma saída para essa situação. Alguns chefes, como Caxias, Osório e Porto Alegre, equacionaram o problema militar; tomaram mesmo, algumas providências para solucioná-lo, mas não conseguiram vencer a incompreensão e a inércia dos Governos. Cada vez maior se tornou a intimidade de grande número de oficiais com a atividade política e no quadro desta, com as reformas institucionais, mas que lhes pareciam imperiosas e inadiáveis. Sairia daí a insurreição militar que destruiu o Trono e implantou a República.

Os primeiros anos da República foram marcados com reformas político-econômicas importantes, as quais repercutiram no Exército com a reforma do ensino constante do Regulamento Benjamin Constant, a criação do Estado-Maior, a eliminação progressiva dos oficiais sem curso (tarimbeiros) e a intensificação da instrução dos quadros e da tropa.

Coube, porém, ao Marechal Hermes da Fonseca iniciar as reformas de fundo que deram feição moderna ao Exército, como a Lei do

Serviço Militar obrigatório de 1908, posta em vigor, totalmente, em 1918, e a Organização do Exército, as quais seriam completadas em 1915.

Nesses três decênios do período republicano, foram cogitados e implicados todos os aspectos da criação de uma força terrestre bem organizada, armada e instruída. Muitos oficiais que se foram aperfeiçoar na Europa e, principalmente, na Alemanha, deram tremenda contribuição a esse esforço que fez do Exército uma verdadeira instituição nacional e iniciou a profissionalização de seus quadros de oficiais.

2.8.4 — *Evolução entre 1920 e 1950*

O contrato da Missão Militar Francesa foi redigido sob influência de duas correntes reformistas: a nacionalista, que procurou limitar-lhe as atribuições, e a germanófila que a aceitou, a contragosto, pois preferia uma Missão Militar Alemã. Sua atuação se limitou, portanto, à de um órgão de consulta e de instrução, sendo, raramente, aceitos seus conselhos. Mesmo assim, prestou excelentes serviços e lançou, definitivamente, o Exército no caminho da profissionalização.

Entretanto, contribuiu, indiretamente, para promover uma inversão hierárquica que, não raro, descambou para indisciplina e, em grande parte, foi responsável pela maior participação de oficiais na atividade política. Atuando, preferentemente, sobre os oficiais jovens, sem sentir os vícios de nossa formação, deu-lhes uma sólida formação profissional, a qual se chocou com a dos mais velhos, que não se beneficiaram com seus ensinamentos. Colocados em face das novidades que lhes traziam os "novos" nos Corpos de Tropa e Quartéis-Generais, os "antigos" que detinham as funções superiores de Comando e de Chefia, resistiram, quando não os repeliram. Os políticos aproveitaram-se desse desequilíbrio e induziram muitos oficiais a tentarem realizar, por conta própria, as reformas que julgavam indispensáveis. Resultou disso que, de 1922 a 1930, houve uma permanente agitação militar que conduziu à Revolução de 1930.

A Revolução de 1930 rompeu a rotina político-administrativa e, apesar de seus erros, as reformas que foram feitas na legislação do biênio 1934-1935, como as Leis de Promoções, de Movimento de Quadros, de Organização Geral do Exército, de Organização Geral do Ministério da Guerra, e a de Quadros de Efetivos e a que criou o Conselho de Segurança Nacional marcaram um momento importante na evolução militar do Brasil.

A influência da Missão Militar Francesa, além de formação e instrução dos quadros, se fez presente na modernização dos Regulamentos de Combate, na organização de novos órgãos como o CPOR e a reestruturação de todo o mecanismo do Exército.

A participação do Brasil na II Guerra Mundial ensejou novas reformas sob o influxo da influência dos norte-americanos.

3 — A REALIDADE DOS TEMPOS ATUAIS

O profissional militar, hoje em dia, mais do que nunca, não é um irresponsável agressivo nem um acuado. Sabe que nem ele nem seus camaradas são sanguinários. Ele conhece a prudência com que se usam as armas. Compreende e respeita a autoridade civil. Está familiarizado com o sentimento de responsabilidade e de dever social que caracteriza a sua profissão nesta era. Não aceita, em hipótese alguma, o estereótipo dos exércitos como forças destrutivas.

Nenhuma carreira está mais exposta a uma grande variedade de experiências do que a carreira das armas. A versatilidade e a capacidade de adaptação têm sido a principal característica do soldado profissional.

As virtudes militares continuam a ser uma necessidade. A integridade de caráter, o conhecimento das condições fundamentais do campo de batalha, a habilidade para chefiar e inspirar confiança em seus homens e a devoção aos deveres ainda constituem as pedras fundamentais da carreira das armas.

3.1 — Características próprias da carreira das armas

a) *Flexibilidade e Inflexibilidade*

O militar sabe que em sua profissão tudo o que não for um êxito completo pode constituir um fracasso total. O médico pode perder um dos pacientes, pois sabe ser improvável que uma falha em um caso particular afete seu prestígio público. Mas o general que perde uma batalha cai imediatamente em desgraça, pois seu fracasso poderá significar a perda total para a Nação que ele jurou defender.

O soldado compreende perfeitamente o tudo-ou-nada das operações militares. Por causa disso, o militar profissional reluta substituir algo já testado em combate por uma novidade ainda não comprovada. Duvida sempre de táticas ou armas que ainda não enfrentaram a prova suprema de uma batalha. Isso não demonstra a inflexibilidade do militar. Ao contrário, demonstra apenas que a fé do soldado numa arma que ele conhece faz com que evite pôr em jogo uma vitória com a única finalidade de testar algo que pode deixar a desejar. A flexibilidade e inflexibilidade são, portanto, características simultâneas da carreira das armas.

b) *Tradição*

Tradição é algo muito difícil de definir. Pode ser um valioso veículo de motivação ou simplesmente o prolongamento de um mau há-

bito. Pode ser um instrumento profissional de grande utilidade ou um tremendo obstáculo ao progresso. Ela em si mesma não é boa nem má. Para os militares ela é a centelha que anima o fogo do espírito de corpo. A observância das práticas militares tradicionais é um fator de importância na formação do cidadão-soldado, visando sua participação integral na unidade. As manifestações exteriores da tradição militar podem encontrar-se no correto uso do uniforme ou na perfeita execução da continência individual. Embora às vezes ignorados, os resultados práticos são o trabalho de equipe, a disciplina e o moral elevado. Seu valor é demonstrado pela alta qualidade do profissional militar. Na carreira das armas a tradição não é um fim em si mesma, mas um meio para se chegar de modo mais suave, mais integrado e mais efetivo ao cumprimento da missão de defesa nacional.

c) *Autoridade*

A autoridade é a pedra de toque da estrutura militar. A pirâmide hierárquica distribui a autoridade em parcelas correspondentes a cada escalão. Quanto mais alto o cargo, maior a autoridade. Quanto maior a autoridade, maiores as responsabilidades. Um chefe militar tem autoridade de comando correspondente à responsabilidade que lhe é conferida. Deve ter à sua disposição os instrumentos e a autoridade que o habilitem a cumprir sua missão. Somente com a necessária autoridade os militares podem levar a bom termo suas responsabilidades e não podem nunca esquecer que o uso adequado da autoridade é um requisito essencial para o desempenho da responsabilidade de comando.

d) *Realismo*

A carreira das armas é realista pois lida com as realidades cruas do poder militar, aplicando a experiência e o conhecimento do momento aos problemas do momento. Prefere os instrumentos e métodos testados em combate, evitando arriscar as vidas de seus soldados e pôr em jogo a defesa da Nação pelo uso de processos ainda não comprovados. O objetivo visado pela carreira das armas será sempre o meio mais rápido e menos dispendioso para obter vitória, em termos de homens, equipamentos e prazos. Para isso terá que dispor de planos atualizados e completos para cada eventualidade, sem esquecer que o mais imprevisto é sempre o mais provável de acontecer.

3.2 — Tipos de violência

Deve-se admitir a existência de guerra de qualquer espécie. Ninguém pode prever como e quando surgirá um conflito armado entre grupos de homens.

Atualmente, ao conceito de guerra total entre nações soberanas contrapõe-se a técnica de destruição total através da arma nuclear. Praticamente não há defesa contra a arma nuclear. Pela primeira vez na história, foram criadas armas ofensivas de poder destrutivo sem precedentes, capazes de destruir a Humanidade num prazo extremamente curto. Poderão ser empregadas em poucos minutos, sem exigir um longo e dispendioso processo de mobilização. Por causa dessa situação nova, o homem redescobriu um velho axioma que afirma haver dois elementos imprescindíveis e fundamentais para se travar uma guerra: a força militar e a vontade de lutar.

Quando se torna impossível ou por demais arriscado enfrentar com êxito as forças inimigas, devemos agir contra sua vontade de lutar. Eis o que normalmente se chama de dissuasão; é uma pressão psicológica com a finalidade de convencer o inimigo de que a guerra seria calamitosa para ambos os lados. Seu componente básico é a capacidade de revide. A dissuasão é, em suma, um meio político de se evitar a guerra; não é uma arma de combate, pois se empregada, provocaria a destruição mútua, tornando inexpressiva qualquer vitória.

Então, desde que admitamos que a luta é inevitável, podemos facilmente conceber situações nas quais a única esperança de evitar coisa pior pode ser a participação nas mesmas. Assim atingimos uma situação na qual a finalidade principal da carreira das armas não é ganhar guerras mas sim evitá-las, por meio de atuações oportunas para diminuir o risco de uma guerra geral, uma vez que as consequências sociais resultantes de imprópria aplicação da violência já provaram ser enormes e incalculáveis.

3.3 — Por que se escolhe a carreira das armas e o que motiva o militar de hoje?

As necessidades do homem, na opinião do Dr. Abraham H. Maslow e segundo uma ordem de importância, são as seguintes:

- a) Necessidades fisiológicas: sede, fome e sexo;
- b) Segurança e saúde;
- c) Necessidades sociais: afirmação e afeto;
- d) Necessidades do ego: prestígio, êxito e respeito próprio;
- e) Necessidade de realização: desejo de melhoria pessoal.

As necessidades fisiológicas são fundamentais e as de realização — que nunca estão inteiramente satisfeitas — são as mais elevadas e em geral só se tornam importantes depois que as demais estão satisfeitas. Sendo o homem um animal racional ambicioso, quando satisfaz uma necessidade, outra surge dentro de um processo contínuo

do nascimento à morte. Assim, é lícito admitir que o homem irá cada vez dedicar mais energia à satisfação do ego e ao desejo de realização na vida.

A base essencial da carreira das armas é a aplicação ordenada da força sob um risco ilimitado. É exatamente esse risco ilimitado que diferencia o homem que abraça essa carreira.

Em seu ambiente profissional ele leva uma vida ordenada. Sua ordem é mais libertadora que opressiva. Não tem nada de incompatível com a religião. O Evangelho mostra Jesus indulgente com o soldado, até bondoso. Entretanto, foi brusco com membros de outras profissões.

A carreira das armas traz satisfação; há prazer numa vida ordenada; há atividades que desenvolvem as qualidades mentais, morais e físicas; há satisfação no domínio progressivo de tarefas complexas; e há prazer na associação profissional com homens de alto nível de integridade. A carreira é orientada para preservar algo de valor e a vida ordenada conduz a um objetivo. Os conhecimentos profissionais são proveitosos e em torno deles existe uma vasta gama de assuntos pertinentes a outras atividades.

As pesquisas de comportamento indicam que os maiores fatores de motivação para a carreira das armas são: a satisfação do dever cumprido, o reconhecimento do grupo, o trabalho em si e o progresso na profissão. Assim pode-se afirmar que a sociedade militar presta à Pátria uma forma honrosa de serviço e que os militares são homens competentes de princípios. Entre os fatores que não são motivadores, mas simplesmente elementos de satisfação, citam-se: o salário, a administração, a supervisão e as relações dentro do grupo.

3.4 — A política e o oficial

"Não sou político, sou soldado". A frase traduz uma posição pessoal profundamente arraigada no seio da carreira das armas. A história nos revela que as circunstâncias nem sempre respeitam as susceptibilidades dos militares. Embora se proclame em altas vozes que os militares nada têm a ver com a decisão política, muitas vezes os militares profissionais são solicitados a realizar ações de natureza política evidente.

As missões atribuídas a nossos contingentes em Suez e São Domingos, como Forças de Pacificação, eram mais de caráter político e para as quais nem a tropa nem os comandantes tinham recebido preparo adequado. Apesar disso as experiências adquiridas não são estudadas nas escolas militares, persistindo a carência de preparo político dos oficiais.

Os oficiais brasileiros poderão ser chamados a atuar no ambiente da política alienígena ou na refinada atmosfera internacional e terão que cumprir sua missão e sobreviver. Essa atuação é fruto dos

acordos internacionais do País nos quais deve-se ter condições de realizar tanto operações em TO Continental como em TO Extra-continental.

O oficial deverá estar qualificado para avaliar adequadamente as condições políticas do ambiente em que poderá ser chamado a atuar. Pode, portanto, ser chamado a promover os interesses de seu país, a explicar as vantagens do seu sistema a estrangeiros, a motivar seus homens ou a contradizer os argumentos dos que se opõem a nosso sistema. Hoje em dia, em plena era da subversão, da insurreição e da confrontação entre ideologias, impõem-se ao oficial numerosas decisões que requerem argúcia política. Nas guerras ideológicas ninguém pode ser neutro e o oficial deve conduzir a doutrinação política do soldado, contanto que se atenha ao credo político básico e evite as polêmicas partidárias. Só esse comportamento já exige um sólido discernimento. A ignorância política no oficial, entretanto, é perigosa. Como líder responsável, deve conhecer onde situar-se interna e internacionalmente. Uma cultura sólida permitir-lhe-á colocar em perspectiva o exército e a política nacional. Deve ser versado em política, mas de maneira nenhuma, um soldado-político.

3.5 — A preparação do chefe militar

As qualidades pertinentes a um chefe são agora procuradas num plano social mais amplo do que outrora. As exigências educacionais tanto no ingresso na carreira como depois, em vários estágios, são mais rigorosas. O comando pela força deu lugar de modo apreciável ao comando pela capacidade. Para atingir essa capacidade, o oficial brasileiro, após ter passado 4 anos na Escola de Formação, onde recebeu educação profissional inicial que lhe permitiu atingir o posto de capitão e após servir cerca de 8 anos em unidades de tropa aperfeiçoando-se, retorna ao sistema educacional da instituição militar para mais 1 ano de estudos que lhe darão acesso ao posto de oficial superior. Dois anos após já está em condições de candidatar-se à Escola de Comando e Estado-Maior para mais 3 anos de estudos que lhe permitirão atingir o generalato. Nota-se, portanto, que em estudos essenciais para a carreira, o chefe gasta 8 anos, sendo que 4 destes já como oficial em estágios diversos da profissão. A esses estudos que são progressivos e que complementam sua experiência ou o preparam para o desempenho de maiores responsabilidades, devemos adicionar o tempo despendido com a auto-educação, com os cursos de especialização e com os cursos de altos estudos da Escola Superior de Guerra. O tempo assim gasto é muito maior do que o tempo que muitos outros indivíduos de outras profissões dedicam ao estudo. Verifica-se assim que a cultura profissional do chefe é adquirida no sistema educacional da instituição militar e no desempenho de cargos ao longo da carreira. Entretanto, atingir a condição de

profissional não é a mesma coisa que mantê-la. Um alto nível de eficiência é necessário em toda sua carreira. O mundo tornou-se tão complexo e o papel do militar nele tão importante e difícil que o profissional militar que espera fazer uma contribuição significativa à sua profissão tem de continuar estudando por toda a sua vida.

4 — CONCLUSÃO

Na Antiguidade Clássica destacamos os romanos e verificamos que os legionários não eram apenas combatentes, mas construtores de civilização. Os acampamentos das legiões transformaram-se em cidades. Permitiram a paz que tornou possível a vida ordenada entre os bárbaros e preparou os alcercos para um estágio mais elevado de vida. As legiões foram o instrumento que Roma empregou para vencer a barbaria nas fronteiras estratégicas do Império. Primeiro veio a espada, depois o arado. A partir do momento em que o exército deixou de ser nacional, permanente e disciplinado teve início a decadência.

Na Idade Média, o asceta e o guerreiro gozavam de alto conceito na sociedade. Os oficiais eram cavaleiros não só por terem origens sociais aristocráticas, mas porque dedicavam-se às regras da cavalaria. A oficialidade aristocrática baseava-se num senso de fraternidade e de participação numa irmandade independente e lutava pela preservação e enaltecimento da glória tradicional. A fidelidade ao comandante era pessoal e não funcional. A situação hoje é inversa. O técnico e o "homem comum" ocupam as posições mais elevadas no panteão popular. Tem havido ultimamente, não obstante, uma mudança de atitudes a respeito da carreira das armas. No esquema atual, todos os quatro componentes originais da honra militar ainda vigoram — conduta aristocrática, fidelidade pessoal, fraternidade autônoma e busca de glória. Contudo sua importância individual alterou-se e seu significado sofreu modificação.

No Século XVII, a noção de Pátria como a concebemos agora e firmada nos Séculos XVIII e XIX, principalmente com o advento da Revolução Francesa, não existia ainda. Os quadros do exército formam uma casta militar e, fora das armas, não participa das demais funções públicas. Os oficiais e soldados pertencem a classes diferentes. Os que não são nobres, jamais alcançam os altos postos. Com a hierarquia e a organização delineadas e determinadas pela autoridade exclusiva do rei surge uma disciplina militar de caráter nacional. Fez-se um esforço para nacionalizar o exército, evitando-se as formações constituídas por estrangeiros. O exército tomou a forma de uma corporação disciplinada, constituída por elementos recrutados para um período longo de serviço.

No Século XVIII, os aperfeiçoamentos da arte da guerra introduzidos por Frederico resumem-se no aproveitamento do rendimento

máximo dos meios materiais, onde se destacam uma apurada instrução técnica e tática, uma judiciosa utilização do terreno, métodos de evolução e manobra capazes de assegurarem rapidez na ação e uma organização adequada do apolo administrativo.

A Revolução Francesa é caracterizada pela substituição da soberania dos reis, de origem teológica pela soberania do povo, conceito metafísico. A desordem incontível põe em evidência a impossibilidade de governar sem encontrar apoio na massa da população, de governar contra a vontade popular. Faltava, para disciplinar e condicionar os espíritos diretores do movimento, uma ciência interpretativa dos fatos sociais, tal como ocorria já com os outros fenômenos da natureza. Faltava fundar-se uma sociologia positiva. Os exércitos tornam-se nacionais. O movimento e a surpresa assumem considerável importância. A iniciativa individual tanto dos chefes subordinados como dos demais elementos componentes das tropas adquire valor às vezes decisivo. O moral sobrepuja o material. O fracionamento dos exércitos em divisões permanentes e o desenvolvimento realizado por Napoleão desta nova organização, aplicada em suas manobras estratégicas onde se destaca a Manobra em Posição Central, provocaram uma enorme aceleração e expansão das operações.

No Século XIX a rapidez e a crescente amplitude com que se opera a revolução industrial, mostra a mútua reação entre a prática e a teoria. Na vida interna das nações, surgem as chamadas questões sociais, a reação dos trabalhadores a reclamarem seus direitos como colaboradores da formação da riqueza, contra o empedernido egoísmo dos capitalistas. Nas relações entre os povos, o mesmo egoísmo promove novos aspectos do colonialismo, não menos brutais, com a apologia da Razão de Estado e do Direito da Força. Surge a política nacionalista. A mentalidade guerreira, em consequência, persiste e gera a paz armada. A revolução industrial tornou cada vez mais a força bélica dependente da capacidade de produção e de transporte até atingir o estado de coisas que chamamos de Guerra total. Ela promove o aumento do alcance e do poder destruidor de algumas armas, do emprego da via férrea e telégrafo pelos exércitos e do maior poder de ataque e ralo de ação das esquadras, obrigando a uma profissionalização real das forças armadas. Surgiu um órgão novo, o Estado-Maior, como elemento principal do bom funcionamento do comando, com métodos de trabalho e papel a preencher, adequados às condicionantes novas da guerra.

Pela Evolução apresentada pelo Exército Brasileiro desde 1822 até 1950 pudemos verificar que ele contribuiu para a evolução política do País através: *da manutenção* da unidade territorial, dominando insurreições e revoluções, algumas de caráter separatista e opondo-se vitoriosamente às reivindicações territoriais de países vi-

zinhos; *da consolidação* da integração política do País, pela presença de suas organizações em todo o território nacional velando para que o interesse da União prevalecesse sobre os interesses regionais e pela instrução ministrada aos conscritos; fortalecendo o sentimento nacional; *da moderação* de grupos radicais escoltados, como no 7 de abril quando a reforma da constituição proposta por Lima e Silva evitou a implantação de uma república temporã, como no processo da abolição e no que derrubou o trono em que Deodoro freou o radicalismo de Benjamin Constant da mesma forma que Floriano frustrou o de Ouro Preto e como opôs-se ao radicalismo extremado e ao reacionismo intransigente propiciando as reformas políticas que sancionaram a legislação eleitoral e trabalhista saída da revolução de 1930, bem como a política de desenvolvimento que tomou impulso após a 2ª G G; *da manutenção* e funcionamento permanente das instituições monárquico-parlamentares, permitindo a formação de uma consciência nacional e de quadros político-administrativos experimentados na gestão dos negócios públicos e cientes dos princípios de autoridade, fidelidade e educação cívica.

Pelo exame das características próprias da carreira das armas é lícito afirmar que os militares são verdadeiramente escravos da profissão. O Exército não é apenas a atividade do militar, é também seu próprio local de trabalho. É ao mesmo tempo a atividade que ele desenvolve e o lugar onde a pratica. O Exército, é assim, simultaneamente seu meio de vida e sua própria vida. Portanto, "a profissão militar é mais do que uma ocupação, é todo um estilo de vida."

Quanto aos tipos de violência atingimos uma situação na qual a finalidade principal da carreira das armas não é ganhar guerras mas sim evitá-las. Se assim é, cabe agora aos militares a contenção da violência. Poderemos estar caminhando para o que Morris Janowitz chama de conceito de força policial. Segundo esta teoria, a função e o dever do profissional militar permanecem os mesmos. Sua função é a aplicação ordenada da força armada. Seu dever é aperfeiçoar, ao máximo, sua habilidade no emprego da violência sob a orientação política da nação.

Bertrand Russel disse: "O desempenho da função pública não é tudo para uma vida útil; é necessário, também, procurar certa excelência própria". Na vida militar esses aspectos coexistem. Esta exige mais do que oferece, enriquecendo a existência de qualquer indivíduo preparado para dar mais que aquilo que pode receber. A vida militar introduz nos cidadãos uma compreensão do valor da vida ordenada. O militar sabe que a maior liberdade está em servir aos ideais de seu país e compreende bem isto pois as missões do campo de batalha são lições de sacrifício, de camaradagem, de responsabilidade pessoal e de exação. A vida militar é a vida de

acordo com um código no qual a inteligência e a instrução relacionam-se aos objetivos sociais fundamentais.

O chefe militar moderno deve ter discernimento político pois só assim será capaz de empregar, da melhor maneira possível, o poder posto a seu comando pela sociedade que jurou servir.

A preparação do chefe militar se inicia na escola de formação e aperfeiçoa-se nas unidades de tropa e na grande comunidade de estado-maior.

No quadro da Revolução Democrática Brasileira podemos concluir que as Forças Armadas estão seguras de cumprir sua missão histórica, conscientes de assegurar a paz para o trabalho construtivo do seu povo e empenhadas na defesa do mundo democrático. O Exército, em particular, fiel a seu lema "Fator de Integração Nacional", desbrava, coloniza e integra populações diversas que vivem à margem de nossa comunidade. Tem propiciado melhores condições de vida a essas populações, assegurando-lhes transportes, comunicações, assistência médico-dentária, energia elétrica, instrução primária e média habitação e trabalho. O Exército reuniu boa parte da nova geração de brasileiros junto ao livro e ao trabalho. Sua efetiva participação, nesse setor, fez-se sentir não apenas no adestramento militar, mas no ensino primário, secundário, profissional e até no superior. Ele está sempre presente junto ao povo nas horas de calamidades, de enchentes, de secas, de desabamentos, de incêndios, de desalentos e de quaisquer perigos. Ele agrega enquanto tantos desagregam, une enquanto tanta gente desune e trabalha enquanto muitos só criticam e destroem. Ele é, no Brasil de hoje, um Exército atuante e construtivo em todas as suas formas de agir e produzir, que, na verdade, não absorve parcelas vitais de nossa economia, mas que, muito pelo contrário, ajuda a construí-la, a torná-la mais forte e poderosa. As suas unidades, mais do que simples quartéis, são uma escola que nos ensina a grande satisfação moral do dever cumprido, o valor da disciplina, o respeito devido aos semelhantes, o amor à humanidade e as dívidas que temos com o nosso país, a fim de que, com nosso trabalho e a nossa confiança, prossiga, pacífico, na sua destinação precípua.

Quanto às perspectivas futuras podemos concluir que a despeito do desenvolvimento das novas armas o homem continuará a ser o mesmo. Suas necessidades e temores, sua motivação fundamental, não mudaram. As funções de comando e o moral serão o que sempre foram. A função primordial de uma força armada, mesmo que de caráter policial, será combater, tanto no campo militar e mais ainda nos campos político, econômico e psicossocial. A carreira das armas continuará sendo uma forma social persistente. Será ainda por muito tempo "mais do que uma ocupação, é todo um estilo de vida".

BIBLIOGRAFIA

- Números diversos da Military Review, Edição Brasileira.
- Notas de aula da Escola Militar do Realengo.
- Notas de aula da AMAN.
- Notas de aula do Gen Flamarion Barreto.
- Algumas notas da ECEME.
- Civilização, Guerra e Chefes Militares — Cel J. B. Magalhães.
- O Exército visto por um Civil — Adelpho Poli Monjardin.
- O Soldado Profissional — Morris Janowitz.
- Tasso Fragoso, um pouco de História do nosso Exército — Gen Tristão de Alencar Araripe.
- Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes.
- Panzer Líder — Gen Heinz Guderian.
- Osório — Cel Francisco Ruas Santos.
- Para Além dos Bandeirantes — Gen Raul Silveira de Mello.
- Marechal Castello Branco (Seu pensamento militar)
- Bolívar e Caxias, Paralelo entre duas vidas — Adelpho Poli Monjardin.
- A Epopéia de Antônio João — Gen Raul Silveira de Mello.
- A Conduta da Guerra — J. F. C. Fuller.